

TURISMO CULTURAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA À LUZ DE MICHEL PARENT (1966-1967)

RAPHAELA MACIEL CORREA¹

Introdução

Compreender historicamente as iniciativas de proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico é o objetivo principal do estudo a partir do qual desenvolvemos o presente artigo. Nesta busca, focamos na década de 1960, quando as articulações em prol do que convencionalmente chamamos de “turismo cultural” ganharam força. É neste recorte que destacamos a missão que o francês Michel Parent, perito da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), empreendeu no Brasil nos anos 1966 e 1967, a fim de tratar das relações de cooperação entre esta Organização e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) - então Diretoria (DPHAN).

Tal destaque justifica-se não somente pela importância de Parent no campo da preservação do patrimônio², mas principalmente pela amplitude da referida missão e pelos inúmeros desdobramentos que a mesma semeou no campo das políticas preservacionistas atreladas ao turismo no Brasil. A confirmação desta justificativa é possível mediante análise do relatório – objeto de análise do presente estudo - produzido pelo próprio perito, intitulado *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* [Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico], publicado em francês pela UNESCO em

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF) – Linha de Pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Email: raphaela.correa@ufjf.edu.br

² Parent era inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França há mais de vinte anos quando de sua vinda ao Brasil e foi enviado como especialista pela UNESCO no âmbito do programa “Turismo Cultural”. Foi também membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, e tornou-se, em 1980, por um breve período, presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entre 1981 e 1987, Parent foi presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), quando retornou ao Brasil, em 1983, com a missão de avaliar a proposta brasileira de reconhecimento oficial do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que se consagrou em 1984. Em 1999, recebeu a Medalha de Honra da Europa Nostra, em reconhecimento à sua contribuição eminente, durante mais de cinquenta anos, à defesa e conservação do patrimônio (LEAL, 2008, p.7).

março de 1968, documento este que foi traduzido e editado pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência - Copedoc / IPHAN (LEAL, 2008).

Nesta edição traduzida, a organizadora Claudia Baeta Leal observa que, mesmo tendo como objetivo “o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais”, é preciso entender o desenho da missão de Parent - ou seja, o itinerário, os destinos, as cidades, sítios, edificações e monumentos visitados - dentro da perspectiva de uma “solicitação do governo” brasileiro por uma assistência da UNESCO para o desenvolvimento do turismo no país.

Em atendimento ao pedido, foi feita uma proposta inicial ao perito encarregado para a referida missão, elaborada pela própria DPHAN, que foi seguida bem de perto por Parent. Em documento de provável autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade (LEAL, 2008, p.28), indica-se a definição da área a ser abrangida pela missão, um plano de envergadura que se estendia “desde o extremo Norte à extremidade Sul do Brasil e do litoral à região central do país”. Incluía os estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, com destaque para cidades, monumentos e sítios já protegidos pela DPHAN.

A viagem começou na região Sudeste, com especial ênfase em sítios históricos e com olhar atento à atuação da DPHAN até aquele momento. As impressões da visita de Parent em toda sua extensão, que compreendeu 35 cidades, podem ser observadas no mencionado relatório, no qual o perito coloca questões importantes que influenciaram debates relevantes no contexto nacional de preservação, bem como para o contexto histórico, institucional e político em que as viagens foram realizadas.

Buscaremos, nas páginas que seguem, fazer uma contextualização desta missão para uma melhor compreensão histórica da realidade patrimonial e turística do Brasil em diálogo com iniciativas de cooperação e convenções internacionais. Posteriormente, sublinhamos as contribuições da missão de Parent para o desenvolvimento do turismo cultural no Brasil.

Breve contexto histórico das políticas patrimoniais integradas ao turismo no Brasil

Sabemos que o patrimônio cultural é vivo e dinâmico, o que significa que sua apropriação se dá de diferentes maneiras no tempo, no espaço e nos sujeitos que com ele se relaciona. Nesta perspectiva, ora é cultuado enquanto símbolo de resistência em tempos de

revolução tecnológica e pós-guerras mundiais, ora como mensageiros ideológicos. A essa transposição de valores histórico, intelectual, artístico, político e social soma-se o valor econômico, graças a uma “engenharia cultural”, a um vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais de comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais, cuja tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar infinitamente o número de visitantes.

Este é o cenário iluminado na década de 1960, através de uma série de eventos - encontros, conferências, convenções nacionais e internacionais³ - com o intuito de propor novas diretrizes políticas preservacionistas, bem como de organizar o desenvolvimento da atividade turística em franca expansão, motivada pelo desenvolvimento dos transportes e, principalmente pela abertura de linhas aéreas comerciais, fato que contribuiu significativamente para movimentar grande fluxo de pessoas por todo o mundo.

Ali, a relação entre turismo e patrimônio acentua sua polêmica e divide opiniões entre estudiosos do tema (FUNARI, 2002; SIMÃO, 2001; BARRETO, 2000; CHOAY, 2001; MURTA, 2002) acerca das oportunidades e das ameaças que a mesma pode representar à preservação dos bens histórico-culturais em harmonia com o lugar que os acolhe.

O turismo ganhava escala e passava a ser vislumbrado por uma grande possibilidade de geração de recursos financeiros alternativamente ao desenvolvimento industrial, o que parecia uma interessante solução à constante busca pela sustentabilidade econômica do patrimônio histórico, tendo em vista que, apesar do prestígio por este adquirido – social, cultural, intelectual, político, ideológico - intensificava-se a dicotomia “preservação versus

³ Para a finalidade deste artigo, destacamos: a Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais, realizada em Roma – Itália, em 1963; a Carta de Veneza, aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza – Itália, em 1964; as Normas de Quito, firmada pela Organização dos Estados Americanos em Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, em Quito – Equador, em 1967; o Ano Internacional do Turismo, promovido pela Organização das Nações Unidas, em 1967; o Compromisso Brasília, firmado no I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, realizado no Brasil, em 1970; o Compromisso de Salvador, firmado no II Encontro de Governadores para tratar da Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em 1971; a Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris – França, em 1972; a Carta do Restauro, elaborada pelo Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, em 1972; o Ano Nacional do Turismo, promovido pelo governo Médici, em 1973; a Resolução de São Domingos, definida no I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela Organização dos Estados Americanos, em 1974; a Carta do Turismo Cultural, resultante do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, em Bruxelas- Bélgica, 1976.

progresso”, sobre a qual tendem a imperar, todavia, os privilégios aos investimentos progressistas, colocando os centros históricos e seus monumentos em situações vulneráveis de degradação, abandono e/ou sujeitos a intervenções e usos inadequados.

Neste sentido, as Normas de Quito resultantes de encontro do Departamento de Cultura da Organização de Estados Americanos (OEA), no Equador, em 1967, chama a atenção para o desafio de dinamizar a economia dos centros históricos ameaçados pela industrialização, apontando o turismo como um meio de democratização da cultura na medida em que promovia o acesso a grandes parcelas populacionais.

Logo, advém desta perspectiva, o turismo cultural dito de massa, cuja origem se localiza na expansão, talvez a mais significativa dos monumentos históricos: a do seu público. Aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta em milhões (CHOAY, 2001).

Vale observar, portanto, que embora o turismo no Brasil já apresentasse algumas iniciativas de associações setoriais desde a década de 1920, conforme demonstra a pesquisadora Leila Bianchi Aguiar, em sua tese de doutorado (AGUIAR, 2006) é somente nos anos 60 que o país começara, de fato, seu processo de institucionalização, instrumentalização política e profissionalização da atividade turística.

A criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por exemplo, se deu em 1966, a partir da publicação do Decreto-Lei 55. No ano seguinte, o Decreto-lei 60.224/67, determina que a EMBRATUR deveria “estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento”, enquanto que ao CNTur caberia formular as diretrizes para uma política nacional de turismo.

Logo, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, constituído pela EMBRATUR, pelo CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores. Este sistema indicava a responsabilidade de cada participante (órgãos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada) na atividade turística, “imprimindo uma mudança substancial na condução das políticas federais de turismo” (CRUZ, 2000, p. 51). Em 1969 foi instituído, pela CNTUR, o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado o instrumento básico da Política Nacional de Turismo. No entanto, de acordo com Cruz (2000) o Plantur nunca foi posto em prática.

Assim mesmo, é notável o amadorismo que se arrasta para a década de 1970, efeito das políticas públicas brasileiras de turismo que ainda engatinhavam e tentavam driblar condutas governamentais autoritárias, conforme observa (SOLHA, 2002, p. 134):

[...] o Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado por um fabuloso crescimento econômico, conhecido como o "milagre brasileiro", com muitos investimentos estrangeiros, com baixa inflação, com a classe média e os empresários eufóricos com as perspectivas otimistas em relação aos negócios e à economia. Mas, também foi um tempo de repressão, censura e violência, características da linha dura do governo militar. Neste cenário, o turismo aparecia como atividade econômica do futuro, responsável pelo desenvolvimento do país. [...] Todavia, o ritmo do desenvolvimento do setor ainda era lento e muitos dos empreendimentos e das experiências na área eram amadores, caracterizados pela improvisação e pelo autodidatismo.

Com o propósito de sanar tais deficiências, inicia-se o processo de abertura dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil, sendo o primeiro inaugurado em 1971⁴. Justificados pelas perspectivas promissoras de desenvolvimento econômico e pelos altos investimentos que vinham sendo aplicados em muitos empreendimentos turísticos⁵, fato que atribuía ao setor o status de “indústria do turismo”, a qual só perdia em importância para o petróleo.

Intrínseca a esta empreitada de criação do curso superior de Turismo - oficializada pelo Parecer CFE nº 35/71 - se deu a elaboração do currículo mínimo para os referidos cursos, aprovado pelo MEC – através da Resolução s/n de 28 de janeiro de 1971- o qual fixou a duração e a estrutura do curso com as seguintes matérias: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária e Planejamento e Organização do Turismo.

A estudiosa do tema, Miriam Rejowski (1996, p.60), analisa este processo e observa que o turismo improvidente e desgovernado, começava a ser criticamente analisado. “São muitos os que hoje se preocupam com sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília. [...] O turismo no Brasil deixou de ter somente uma posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora, em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encarado”.

Da mesma maneira, no campo das políticas públicas de patrimônio, há indícios de algumas articulações com o turismo na primeira metade do século XX, porém os contatos da então DPHAN com a UNESCO para tal finalidade tornou-se efetivamente mais próximos a

⁴ A Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi), de São Paulo, foi pioneira nessa área, criando o curso em 1971. A partir de então, muitas instituições começam a implantar cursos superiores de Turismo, entre elas, a Faculdade Ibero- Americana, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS e a Universidade Estadual de São Paulo – USP (HALLAL, 2010).

⁵ A exemplo de redes hoteleiras, aeroportos e agências de viagem do porte da CVC, criada em 1972.

partir da missão de Michel Parent no Brasil. A propósito, até mesmo a parceria entre a DPHAN e a Embratur concretizou-se posteriormente, em 1972, quando se dá a primeira ação conjunta entre as duas instituições, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos – PCH⁶.

Nesse sentido, é importante compreender como a missão em análise, repercutiu no universo de possibilidades para a preservação, desenvolvimento e aproveitamento do patrimônio cultural brasileiro pelo viés do turismo.

A UNESCO em missão pelo turismo cultural: as pesquisas de Michel Parent em cidades brasileiras (1966-1967) e suas repercussões sob o patrimônio

A começar pelo título do relatório de Parent, “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, aliado à importância que o turismo vinha assumindo no contexto internacional de preservação do patrimônio, podemos perceber a força de sua missão para legitimar a atividade turística como importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global. Seu enfoque buscou sublinhar, por um lado, a potencialidade que a mesma representava para um país em desenvolvimento e com as virtudes com que esta nação contava.

Vale considerar, também, a noção de patrimônio apresentada por Parent em seu relatório, a qual não se limitava ao patrimônio edificado ou natural, mas incluía as tradições, as manifestações culturais, o que aparece também em sua proposta de desenvolvimento do turismo como um processo de intercâmbio cultural, de “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”, beneficiado, no Brasil, pela diversidade do patrimônio, pela amenidade do clima e pela “disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião” (LEAL, 2008, p.21).

Por outro lado, o perito francês chamou a atenção para o pouco desenvolvimento que tal atividade tinha então no Brasil, e defendeu seu fomento na mesma linha desenvolvida por algumas Cartas Patrimoniais, enfatizando a relação entre turismo e a proteção do patrimônio.

Do seu ponto de vista, quando da redação de seu relato, o turismo é uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços

⁶ Tal programa consiste no objeto de pesquisa da tese de doutoramento em desenvolvimento pela autora deste artigo.

consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível.

Juntamente à urgência das ações de preservação e de estímulo ao desenvolvimento econômico, como se lê acima, Parent apresentou sua defesa do turismo a partir de linhas de ação bem definidas e detalhadas, com ênfase nos conjuntos urbanos e sua infra-estrutura, baseadas na relação entre planos de preservação e expansão e que priorizavam “o estabelecimento de um inventário exaustivo”, “a adoção de medidas administrativas conseqüentes de proteção”; e “a dotação dos meios financeiros necessários para a manutenção, restauração e animação desse patrimônio” (LEAL, 2008, p.42).

Nesse sentido, e mostrando conhecimento da organização administrativa do governo brasileiro, buscou sublinhar as instâncias administrativas que deveriam se envolver nesse processo, que envolveria questões de urbanismo, entre elas a habitação, notadamente a habitação popular, a proteção do patrimônio e o turismo.

Parent, contudo, demonstrou no seu relatório ter ciência dos possíveis danos que o turismo poderia causar ao se aliar aos “demais fatores de degradação e, tanto material como psicologicamente, contribuir para degradar os bens naturais e culturais e, por conseguinte, negar-se a si próprio.” Para tanto, o perito sugeria que a atividade fosse acompanhada e controlada – seus elogios à criação da Embratur foram essencialmente nesse sentido – e que a rentabilidade do turismo não fosse o único critério a ser utilizado como medida do sucesso da atividade:

Ao contrário, importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infra-estrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro (PARENT apud LEAL, 2008, p.51).

Ao lado da relação entre turismo, desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio cultural, Parent introduziu uma outra idéia importante sobre este patrimônio e que remete novamente à UNESCO e à gestão proposta por este organismo para os bens culturais: a noção de Patrimônio Mundial.

Esse sentido da valorização das qualidades universais e excepcionais dos bens e de defesa de ações coletivas de proteção está presente na análise, nas recomendações e no texto que Michel Parent elaborou sobre suas estadas no Brasil. Logo em suas primeiras linhas, o perito francês chamou a atenção para as qualidades dessa nação, que descreve como “um país

dotado pela natureza, pela história e pelas qualidades inatas e potenciais de seus habitantes, de oportunidades excepcionais”.

Sua ênfase, voltada para a questão das oportunidades de desenvolvimento turístico e econômico, recaiu naquilo que denominou uma “dupla relação, quantitativa e qualitativa” de virtudes, especialmente “um espaço natural tão rico em lugares espetaculares e em espécies preciosas úteis para a ecologia em geral como em potenciais agrícolas e industriais”; “uma vida cultural vigorosa e complexa nascida da confluência histórica de três correntes: América indígena, Europa latina e África negra”; e “a capacidade virtual de seus habitantes, inúmeras vezes posta à prova em quatro séculos de história, de empenhar em combates vitais todas as forças de seu espírito e de seus braços” (PARENT apud LEAL, 2008, p.43).

Nota-se que o esplendor da paisagem tropical brasileira foi sublinhado não apenas por suas características naturais, mas entendida como “importante repositório cultural, especialmente sob a forma tangível e fixada de seus monumentos e suas cidades de arte.” Parent identificava, no patrimônio brasileiro, características únicas, excepcionais, que buscou destacar em seu texto, ao mesmo tempo em que explicitava uma abordagem integral de patrimônio, relacionando natureza e cultura, todas questões muito caras à Convenção que ajudaria a redigir alguns anos mais tarde.

Alguns estilos arquitetônicos e construções são descritos em seu relatório com cores fortes, de forma enfática e com destaque para sua excepcionalidade, como a arquitetura barroca, particularmente aquela desenvolvida nas igrejas da Bahia, de Recife, de Olinda, do Rio e de todo o Estado de Minas Gerais, e seu “caráter verdadeiramente explosivo”; a “arquitetura civil particular” das fazendas, que Parent julgou ser “uma contribuição específica do Brasil à criação arquitetônica universal”; a arquitetura brasileira modernista, nomeada “contemporânea” pelo perito, cujas construções constituiriam “atração turística de primeira grandeza” (LEAL, 2008, p.26).

Cidades também foram apresentadas em comparação com outras, em nível mundial, a partir de suas qualidades singulares, excepcionais, e, portanto, de interesse universal, como Parati e sua arquitetura urbana de “excepcional homogeneidade”; o Rio de Janeiro, “cuja paisagem é uma das mais belas e mais famosas do mundo”; Salvador, “uma das mais surpreendentes cidades de arte do mundo” e onde as tradições culturais seriam tão variadas e vivas que “o Brasil pode testemunhar diante dos visitantes suas culturas específicas” (ibid).

Parent deu destaque ainda, entre tantas outras cidades a que se referiu, à Olinda, “uma das jóias do Brasil”; São Luís, “a cidade dos pequenos palácios”; Alcântara, uma cidade

entre arruinada e preservada, “a Pompéia ou a Herculano brasileira”; Brasília, obra urbanística e arquitetônica descrita como “a principal atração do Brasil” naquele momento, enfatizando também a singularidade da cidade colonial de Goiás e as “cidades de arte” de Minas Gerais: Sabará, Congonhas do Campo, São João del Rei, Tiradentes, Caetés, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Rita Durão, Mariana e ouro Preto, a principal delas (ibid).

No Rio Grande do Sul, o perito chamou atenção para São Miguel, “o testemunho mais comovente de um empreendimento histórico fundado pelos Jesuítas para preservar os índios do genocídio”. É claro que nem todas as regiões, monumentos e sítios visitados por Parent foram descritos igualmente, mas havia um propósito mais geral, que comportava tanto os bens culturais valorizados por seus significados locais quanto aqueles cujas virtudes ultrapassavam sentidos nacionais e interessavam a humanidade como um todo. Levando em conta critérios artísticos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos, urbanísticos, até etnográficos, Parent buscou sublinhar a importância do patrimônio cultural e natural brasileiro em uma perspectiva dupla: por um lado, visava contribuir, como foi apontado acima, para a valorização interna desse patrimônio, chamando a atenção do governo brasileiro para suas potencialidades econômicas e turísticas; em outras palavras, estimulando um processo de “revelação do Brasil para si próprio” (LEAL, 2008, p.27).

Por outro, voltando sua apresentação, argumentos e interlocução para a UNESCO e demais organismos internacionais interessados, o perito tencionava sublinhar o valor único, excepcional e insubstituível do patrimônio brasileiro como forma de estimular mais planos de assistência técnica e financeira destinados ao Brasil. Também nesse sentido, adotava uma postura próxima àquela que seria adotada na Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural: a de defender a responsabilidade compartilhada e a proteção coletiva do patrimônio cultural e natural da humanidade.

Sua argumentação, assim, buscou dar conta de atender a essa dupla intenção, valorizando os bens culturais e naturais brasileiros no âmbito local e para o contexto internacional, ou, nas palavras do francês, propor programas de assistência técnica ao Brasil “não apenas para beneficiar-se a si próprio, mas para o bem de todos” (ibid).

A ênfase nos benefícios e nos interesses de todos em relação ao patrimônio cultural brasileiro apareceu principalmente na forma como Parent entendia e propunha os planos de assistência – perspectiva que ele mesmo representava em sua missão patrocinada pela UNESCO e cujo objetivo era criar condições para a proteção desse patrimônio, dada a falta de recursos financeiros e técnicos dos órgãos brasileiros competentes. Em seu relatório, foram

propostas ações como o envio de especialistas para tratar de questões técnicas específicas e emergenciais de determinadas cidades; capacitação de técnicos brasileiros por meio da concessão de bolsas de estudo e a cooperação para obras internacionais em um esquema que envolvesse jovens da Europa, Brasil e África.

Também estavam presentes como recomendações de assistência técnica estudos específicos voltados para a arqueologia pré-colombiana, dada a então candente esperança de ainda se encontrarem “tesouros de arte pré-colombiana ignorados”; planos de organização dos festivais, baseados nos festivais que ocorriam em Ouro Preto e como forma de afirmar o prestígio do patrimônio brasileiro e promovê-lo turisticamente; estudos de renovação dos bairros antigos no interior dos planos gerais de urbanismo, assim como estudos financeiros gerais.

A semelhança entre essas modalidades de assistência e aquelas presentes na Convenção de 1972 não é coincidência, mas faz parte do processo do qual Parent participou ativamente e que foi fortemente estimulado pela UNESCO de proposição de um compartilhamento coletivo e solidário entre as nações do mundo em prol do patrimônio da humanidade, no qual o missionário procurou inserir sítios, monumentos, paisagens e conjuntos urbanos brasileiros.

Considerações Finais

Por todas as considerações que aqui destacamos no tocante à missão de Michel Parent pelo turismo cultural no Brasil da década de 1960, sublinhamos a relevância que esse relatório teve não só para o fortalecimento das possibilidades de viabilização econômica do patrimônio com fins turísticos, como diretamente para a preservação dos bens culturais brasileiros.

As avaliações feitas pelo perito francês das mais de 35 cidades visitadas durante suas duas estadas no Brasil renderam frutos importantes, como a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, hoje Instituto (atual IPAC). Sua avaliação dos bairros históricos de Salvador e a proposta de ampliação da área de proteção também foi pioneira e decisiva nas medidas tomadas nessas localidades.

As observações do perito francês sobre Parati reforçaram a importância da cidade junto à UNESCO, que determinou, em seguida, a ida de outro perito para avaliar a região – o

belga Frédéric Limburg de Stirum. No que diz respeito a ouro Preto, as sugestões de Parent tornaram-se referência, tendo servido de base para as análises propostas por Viana de Lima em seus relatórios para a UNESCO sobre a cidade mineira. Em São Luís, Parent teve importância fundamental na revitalização e proteção do centro histórico da capital maranhense, assim como influenciou fortemente os trabalhos desenvolvidos por Viana de Lima em São Luís e Alcântara.

Essas são algumas das repercussões missionárias de Parent, às quais podemos somar o citado PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos” (1972-1977), implementado pelo governo brasileiro, por meio do Ministério do Planejamento, o qual inaugurou uma articulação inovadora com os estados e outros órgãos federais - como o IPHAN, a EMBRATUR e a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) - tendo sido ampliado posteriormente para a região sudeste (RJ, ES e MG).

Analisar este Programa é igualmente importante para nossa trajetória investigativa, contudo, consiste em outra missão: a tese de doutorado da presente autora, iniciada no corrente ano e que, portanto, ainda tem muito caminho a percorrer e muitas fontes a visitar. Compreender as repercussões da missão aqui analisada foi um ponto de partida deste percurso que buscará identificar e compreender as disputas ideológicas que conduzem a construção de divergentes narrativas, imagens, funções e valores atribuídos ao patrimônio pelas indústrias cultural e turística, de modo a intervir diretamente nas leituras que fazem os diferentes atores do turismo (comunidades locais, visitantes, poder público, empresários do setor) sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Afinal, enquanto produto turístico este patrimônio torna-se objeto de constante negociação, por sua vez condicionada pelos valores que os turistas a ele atribuem. É como se absorvesse o olhar do viajante, a visão de fora, sobre si mesmo, dado que tal olhar frequentemente é conduzido por mediações simbólicas - imagens e narrativas estratégicas de quem comercializa e negocia o que é visto: os agentes do turismo – que também operam significativamente e instituem o sentido do bem cultural enquanto tal.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Leila Bianchi. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. Tese de Doutorado. Niterói:UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Tradução Maria Lucia Pereira. 3a. Ed. Campinas, SP: Papirus,

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BORGES, Célia. **Patrimônio e Memória Social: A formação da Política de Preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo**. LOCUS: revista de história. Núcleo de História Regional: Ed. UFJF,1999. V5,n.2.

BOSI, Vera. **Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº22, 1987

BRASILTURISJORNAL. **Estrada Real**. Disponível em:
<<http://www.brasilturisjornal.com.br>> Acesso em 08 out. 2005.

CANCLINI, N.G. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 28. Iphan, 1993.

CARLOS, Ana Fani. O Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p.25-37, 1999.

CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: DP&A, 2003

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural. O direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Política cultural, cultura política e patrimônio histórico**. In: CUNHA Clementina Pereira da (org). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. SP: Secretaria Municipal de Cultura; DPH; 1992.

CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. SP: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

CORRÊA, R. M. **Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural em Ouro Preto-MG: degradação ou sustentabilidade?**. Monografia de Conclusão de Graduação em Turismo. , 2004.

_____. **Pela Valorização da Cultura Mineira – Propostas para Educação Patrimonial na Estrada Real**. Monografia de conclusão da pós-graduação em Turismo Regional – Estrada Real. , 2005.

_____. **Representações Culturais no Jornalismo Turístico - a mediação da**

viagem aos relevos da mineiridade. Dissertação de Mestrado. , 2009.

CORRÊA, S; FARIA, R.S. **O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979).** In: Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU-USP, 2011.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DROGUETT, Juan. **Mídia e Turismo: Uma relação inter, multi e transdisciplinar.** In: DORTA, Lurdes; DROGUETT, Juan (Orgs). Mídia, imagens do turismo - uma proposta de desenvolvimento teórico para as áreas de comunicação e turismo. São Paulo: Textonovo, 2004.

FERRARI, A.L. **Educação Patrimonial.** In:, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial. Belo Horizonte, SEE/MG, 2002. (Lições de Minas, 23).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: SESC: Annabume, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural,** 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, Suzana. **Turismo, Imagens e Imaginários.** São Paulo: Aleph, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A, 2003, p. 27.

_____. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

ICOMOS. **Carta Internacional do Turismo Cultural** – Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial (1999). Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartadeturismocultural.htm>> Acesso em: 12 abr. 2004.

LEAL, C.F.B (org). **As Missões da unesco no Brasil : Michel Parent.** [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]. Rio de Janeiro : IPHAN, CoPEDoC, 2008.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: MARIS, Stela. ALBANO, Celina (orgs). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC, vol.2, nº 3, 1989.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e Pesquisa Científica: Pensamento Internacional x situação Brasileira**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Turismo)

RODRIGUES, Marly. **Por que vocês querem conservar o patrimônio?** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº24, 1989.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

SOLHA, Karina Toledo. **Evolução do Turismo no Brasil**. In: In: REJOWSKI, Mirian (org.) Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117–153.